



**Processos: Reclamação 88.319/SP, conjuntamente apreciada com a ADI 6.601/PR, os REs 968.646/SC e 1.059.466/AL, a ADI 6604/PB e a ADI 6606/MG.**

Excelentíssimo Ministro **FLÁVIO DINO**

**A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MAGISTRADOS APOSENTADOS DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO E DE PROCURADORES APOSENTADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO – ANAMPA**, admitida nos autos como *amicus curiae*, embora ciente das restrições inerentes a essa posição processual, pede vênua para aduzir as razões a seguir expostas, muito mais no sentido de contribuir para o debate dos temas em discussão, em razão da sua magnitude e complexidade, visto que, uma vez reconhecida a simetria entre as carreiras do Ministério Público e da Magistratura, o C. STF exerceu verdadeiro poder normativo até o advento de futura legislação.

Nesse sentido, a complexidade e as particularidades dessas carreiras, agora unificadas, acarretam diversas implicações, tanto para os Membros do Ministério Público, aposentados, como para Magistrados, já jubilados, assim como para os seus pensionistas.



Assim, nos termos dos arts. 1022 e seguintes e 996 do CPC e, em face do acórdão proferido nos autos, expõe seus fundamentos para os **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

## **1 – CABIMENTO E LEGITIMIDADE RECURSAL DA ANAMPA**

Como anunciado inicialmente, a presente insurgência possui natureza estritamente integrativa, destinando-se ao saneamento de omissões, contradições e obscuridades constantes do v. acórdão.

Embora a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal venha adotando orientação restritiva quanto à legitimidade recursal do *amicus curiae* em ações de controle concentrado de constitucionalidade, o caso em exame apresenta peculiaridades absolutamente excepcionais, aptas a justificar o reconhecimento da legitimidade da ANAMPA para oposição destes embargos declaratórios.

Isso porque o julgamento conjunto realizado nos presentes autos e em feitos correlatos assumiu feição materialmente normativa e expansiva, produzindo efeitos que transcendem os limites subjetivos das demandas originárias.

A decisão embargada, além de solucionar os conflitos concretos submetidos à apreciação da Corte, também estabeleceu diretrizes gerais acerca da percepção de parcelas remuneratórias, do tratamento jurídico dos passivos, da incidência do teto constitucional, da auditoria e revisão de situações funcionais pretéritas, da interpretação uniforme aplicável a magistrados e membros do Ministério Público, inclusive aposentados e pensionistas.

Trata-se, portanto, de pronunciamento dotado de inequívoca eficácia expansiva e impacto sistêmico sobre a esfera jurídica dos representados da ANAMPA.



Nessa perspectiva, a entidade não ostenta mero interesse econômico ou corporativo reflexo, mas verdadeiro interesse jurídico institucional diretamente afetado pela decisão.

Neste sentido, o art. 996 do CPC dispõe que “O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado (...)”

A legitimidade do terceiro prejudicado decorre justamente da existência de relação de interdependência entre a decisão judicial e a esfera jurídica dos/das representados/das da recorrente, situação plenamente configurada no presente caso.

A ANAMPA representa um dos segmentos institucionais atingidos pelas definições estabelecidas no acórdão recorrido, especialmente no tocante aos magistrados aposentados, aos membros aposentados do Ministério Público da União e aos pensionistas de ambas as categorias.

A repercussão jurídica da decisão sobre seus representados é direta, concreta e imediata.

Não se está diante, portanto, de atuação meramente opinativa ou colaborativa típica do *amicus curiae* clássico. A singularidade do caso decorre do fato de que o julgamento proferido assumiu caráter materialmente estruturante e normativo, fazendo com que o papel da embargante assumisse a dupla feição de *amicus curiae* e terceiro juridicamente prejudicado.

Tal circunstância diferencia substancialmente a hipótese dos precedentes recentes dessa Corte que restringiram a oposição de embargos por *amici curiae* em temas de repercussão geral. Ainda que se reconheça a existência de orientação jurisprudencial restritiva quanto à oposição de embargos declaratórios em demandas desse jaez, recomendam o princípio da cooperação processual e a necessidade de integridade e completude das decisões de eficácia expansiva que a embargante possa sanar dúvidas, obscuridades e omissões, eis que a decisão produz efeitos gerais, que repercutem diretamente sobre os segmentos representados pela entidade.



Negar tal possibilidade à ANAMPA, em julgamento de tamanha amplitude, significaria impedir o aperfeiçoamento jurisdicional de decisão com profundos efeitos institucionais e humanos, especialmente porque os temas tratados no acórdão impactam diretamente grupo social vulnerável específico: aposentados, idosos e pensionistas.

### **1.1 – DA NATUREZA EXCEPCIONAL E ATÍPICA DO JULGAMENTO**

O julgamento conjunto realizado nos presentes autos assumiu conformação procedimental incomum e materialmente expansiva.

Embora formalmente vinculado a processos subjetivos determinados, o voto conjunto acabou por: fixar diretrizes gerais, estabelecer parâmetros administrativos, orientar auditoria e disciplinar situações remuneratórias futuras, produzindo efeitos para além das partes originárias.

A decisão, portanto, ostenta inequívoco conteúdo normativo e transcendência institucional.

Tal circunstância reforça a necessidade de máxima abertura argumentativa e de efetiva participação dos entes representativos diretamente atingidos. Por isso, a admissão destes embargos prestigia o contraditório substancial, a cooperação processual e a legitimidade democrática da jurisdição constitucional.

### **1.2 – Diante do exposto, requer:**

1. o conhecimento dos presentes embargos de declaração, reconhecendo-se a legitimidade recursal da ANAMPA, seja na condição de *amicus curiae* com legitimidade expressamente prevista no art. 138, §1º, do CPC, seja na qualidade de terceiro juridicamente prejudicado, nos termos do art. 996 do CPC;



2. o acolhimento dos embargos para sanar as omissões, obscuridades e contradições apontadas;
3. subsidiariamente, caso não conhecido o recurso, que os presentes embargos sejam recebidos ao menos como manifestação processual colaborativa apta a contribuir para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

## **2 – DA OMISSÃO QUANTO À COEXISTÊNCIA DAS RUBRICAS ATS/VPNI E PVTAC**

O v. acórdão embargado, ao fixar a Tese de Repercussão Geral do Tema 966, indicou as verbas indenizatórias passíveis de percepção pela Magistratura e pelo Ministério Público, até a edição da lei nacional prevista no art. 37, §11, da Constituição Federal, incluindo, dentre elas, a Parcela de Valorização por Tempo de Antiguidade na Carreira – PVTAC, nos seguintes termos:

5.1 Parcela de valorização por tempo de antiguidade na carreira (LC 35, art. 65, VIII; LC 75/1993, art. 224), para os ativos e inativos, calculada na razão de cinco por cento do respectivo subsídio a cada cinco anos de efetivo exercício em atividade jurídica, até o máximo de trinta e cinco por cento, mediante requerimento e comprovação.

Ocorre que magistrados e membros do Ministério Público que preencheram os requisitos legais sob o regime anterior incorporaram ao respectivo patrimônio jurídico o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, posteriormente convertido em VPNI, parcela de natureza manifestamente remuneratória, submetida ao teto constitucional, bem como à incidência tributária e previdenciária.

Os magistrados da União e Membros do Ministério Público da União recebem em seus contracheques o ATS que foi subtraído quando da instituição do subsídio, em **2006**, com base na tese do direito adquirido. O valor recebido em **2006** foi atualizado e está sendo pago mensalmente até o limite do teto. A título ilustrativo, apresenta-se o caso de ATS de 20% em



2006, atualizado, que agora vem sendo pago em folha para Juiz do Trabalho Titular de Vara, aposentado:

LOTAÇÃO				DATA DE INGRESSO NO ÓRGÃO	
				27/05/1994	
CARGO		REFERÊNCIA		SITUAÇÃO FUNCIONAL	
JUIZ TITULAR DE VARA		NÍVEL SUPERIOR JTJT		INATIVO	
CARGO EM COMISSÃO / FUNÇÃO COMISSIONADA					
-					
BANCO	AGÊNCIA	OPERAÇÃO	CONTA	MES/ANO	
1	50520	1	97896	04/2026	

RUBRICA	DESCRIÇÃO	MES/REF	QTD	PARCELA	CREDITOS RS	DEBITOS RS
1200715	ASSISTÊNCIA SAÚDE	4/2026		0	908,92	
1200715	ASSISTÊNCIA SAÚDE	4/2026		0	849,53	
7001	SUBSIDIO - PROVENTOS	4/2026	30	0	39.753,21	
7077	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - MAGISTRADO - INATIVO	4/2026	20	0	4.169,10	
97050	AMATRA - CONTRIBUIÇÃO	4/2026		999		377,65
97051	AMATRA - ANAMATRA - CONTRIBUIÇÃO	4/2026		999		159,01
1297055	ANAMPA - MENSALIDADE	4/2026		999		139,00
1297851	CREDIJUSTRA - CAPITALIZAÇÃO - R\$ 30,00	4/2026		999		30,00

A partir da publicação do v. acórdão, surgiram relevantes dúvidas administrativas acerca da forma de implementação da nova parcela e, especialmente, quanto à possibilidade de coexistência entre ATS/VPNI, já expresso na folha, até o limite do teto e a PVTAC.

Diante disso, o Conselho Nacional de Justiça, por meio do Ofício nº 99/2026/CN, submeteu consulta ao Tribunal de Contas da União, buscando esclarecimento técnico acerca da possibilidade de utilização do mesmo tempo de atividade jurídica para fins de cálculo concomitante das duas parcelas, ou, ao revés, se haveria vedação decorrente de eventual *bis in idem*.

A ementa do parecer elaborado no âmbito do TCU sintetiza com precisão a controvérsia e a conclusão alcançada:

REGIME REMUNERATÓRIO DA MAGISTRATURA.  
POSSIBILIDADE DE CÔMPUTO DO MESMO TEMPO DE  
ATIVIDADE JURÍDICA PARA FINS DE PERCEPÇÃO  
CUMULATIVA DE VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE

Rua Washington Mansur, 65  
Bairro Ahú  
Curitiba - PR



IDENTIFICADA DECORRENTE DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO E DA PARCELA DE VALORIZAÇÃO POR TEMPO DE ANTIGUIDADE NA CARREIRA. DISTINÇÃO DE NATUREZA JURÍDICA ENTRE AS PARCELAS. ATS/VPNI DE CARÁTER REMUNERATÓRIO, INCORPORADO AO PATRIMÔNIO JURÍDICO, SUJEITO À INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E TETO CONSTITUCIONAL. PVTAC DE NATUREZA INDENIZATÓRIA, RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL, COM CARÁTER TRANSITÓRIO E NÃO SUJEITA AO TETO REMUNERATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL, LEGAL OU JURISPRUDENCIAL AO CÔMPUTO SIMULTÂNEO DO TEMPO DE ATIVIDADE JURÍDICA. AUSÊNCIA DE BIS IN IDEM. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO OU ABSORÇÃO ENTRE PARCELAS DE NATUREZAS DISTINTAS. PROTEÇÃO AO DIREITO ADQUIRIDO. POSSIBILIDADE JURÍDICA DE UTILIZAÇÃO DO MESMO TEMPO DE ATIVIDADE JURÍDICA PARA FINS DE CÁLCULO DA VPNI/ATS E DA PVTAC.

A conclusão da Consultoria Jurídica do TCU foi expressa no sentido da plena possibilidade jurídica de coexistência das rubricas, destacando: a) a distinção de natureza jurídica entre ATS/VPNI e PVTAC; b) a inexistência de vedação constitucional, legal ou jurisprudencial; c) a ausência de duplicidade indevida; d) a impossibilidade de absorção ou compensação entre parcelas submetidas a regimes jurídicos diversos, e e) a necessidade de preservação do direito adquirido.

Conforme assentado no parecer técnico, o ATS/VPNI constitui vantagem remuneratória permanente, incorporada ao patrimônio jurídico dos magistrados e membros do Ministério Público, ao passo que a PVTAC possui natureza indenizatória e transitória, reconhecida por essa Suprema Corte no julgamento do Tema 966.

Não se trata, portanto, de parcelas idênticas ou fungíveis.

Ao contrário, incidem sobre fundamentos jurídicos distintos e cumprem funções igualmente distintas dentro do sistema remuneratório.



Nesse sentido, consignou o parecer que:

a coexistência das rubricas não representa duplicidade indevida, mas sim a incidência de regimes jurídicos distintos sobre um mesmo agente público, cada qual com fundamento próprio e finalidade específica.

Prossegue o parecer esclarecendo que:

o ATS remunera o tempo de serviço público sob um regime jurídico pretérito, enquanto a PVTAC indeniza a permanência na carreira jurídica em um contexto normativo diverso, marcado pela adoção do subsídio e pela exclusividade da atividade.

A omissão do v. acórdão sobre esse ponto específico tem potencial de gerar graves controvérsias administrativas e interpretações restritivas incompatíveis com a própria *ratio decidendi* adotada por essa Corte.

Isso porque eventual interpretação no sentido de absorção, compensação ou neutralização da VPNI/ATS pela PVTAC importaria, na prática, supressão indireta de vantagem pessoal incorporada ao patrimônio jurídico dos beneficiários, em afronta ao direito adquirido e à segurança jurídica.

Partindo-se da premissa de que a questão fulcral do *decisum* foi garantir uma equivalência entre vencimentos e proventos, a supressão da VPNI/ATS causará, conforme se depreende de cálculos realizados pelos próprios interessados, diminuição expressiva de valores a receber.

A título ilustrativo: um aposentado com dez anos no cargo de auditor fiscal do trabalho ou de técnico judiciário (cargos não considerados jurídicos para a PVTAC) e quinze anos no Judiciário ou MPU, recebendo 25% de ATS, passará a receber apenas 15% com a nova rubrica.

Se a finalidade da reestruturação remuneratória era reduzir a discrepância entre ativos e inativos, a adoção da PVTAC como substituta do ATS produz efeito diametralmente oposto ao pretendido: em vez de promover a equiparação, acarreta a redução dos proventos já percebidos pelos aposentados, aprofundando — e não atenuando — o desequilíbrio entre



ativos e inativos. Tal resultado penaliza precisamente aqueles que tinham o valor do ATS incorporado ao seu patrimônio jurídico, limitado ao teto constitucional, por tratar-se de verba de natureza remuneratória, e cujo percentual decorria do tempo total de serviço público prestado.

A questão assume ainda maior relevância diante do caráter expressamente transitório atribuído à PVTAC pelo próprio acórdão embargado.

Com efeito, tratando-se de parcela provisória, sujeita à futura disciplina legislativa decorrente do art. 37, §11, da Constituição Federal, eventual absorção do ATS/VPNI acarretaria risco concreto de perda definitiva de vantagem remuneratória historicamente incorporada aos proventos e subsídios dos magistrados e membros do Ministério Público.

Cumprido destacar, ademais, que o v. acórdão embargado, ao reconhecer a natureza indenizatória e transitória da PVTAC, em nenhum momento consignou intenção de substituição ou absorção de parcelas preexistentes.

E, conforme ressaltado pela própria Consultoria Jurídica do TCU:

... a decisão buscou reorganizar o sistema remuneratório da magistratura de forma estrutural, preservando situações consolidadas e, ao mesmo tempo, criando mecanismos provisórios de compensação até a edição de lei nacional.

Dessa forma, verifica-se omissão relevante quanto: 1) à possibilidade de coexistência entre ATS/VPNI e PVTAC; 2) à utilização do mesmo tempo de atividade jurídica para fins de cálculo de ambas as parcelas; 3) à inexistência de *bis in idem*; 4) à impossibilidade de absorção ou compensação entre vantagens submetidas a regimes jurídicos distintos.

**Diante do exposto, requer** a Embargante seja suprida a omissão apontada, para que essa Suprema Corte explicita que:

1. a percepção concomitante da VPNI/ATS e da PVTAC é juridicamente possível;



2. ATS/VPNI e PVTAC possuem naturezas jurídicas distintas, submetendo-se a regimes constitucionais diversos;
3. inexistente autorização para absorção, compensação ou neutralização da VPNI/ATS pela PVTAC;
4. deve ser preservado o direito adquirido relativo às vantagens pessoais incorporadas sob regime jurídico anterior.

## **2.1 – PEDIDO ALTERNATIVO REFERENTE AO ATS E À PVTAC**

Em outra ordem de reflexão sobre a matéria posta – coexistência ou não do ATS e da PVTAC -, ratificando a Embargante a possibilidade dessa coexistência, precisamente por terem natureza jurídica e finalidade diversas. Todavia, se outro for o entendimento dessa C. Corte de Justiça, e admitida a absorção do ATS pela PVTAC, - o que não se espera – tal entendimento importa reconhecer que ambas as rubricas possuem a mesma natureza. Nessa hipótese, imperativo admitir que o tempo de serviço público externo de qualquer outra natureza, anterior e oportunamente averbado até maio de 2006, deve ser também contado para a apuração da PVTAC, prevalecendo a exigência de atividade de natureza jurídica apenas para o período subsequente.

Assim sendo, requer-se, alternativamente, que o cálculo da PVTAC observe o percentual de ATS incorporado por cada magistrado e membro do Ministério Público, até o ano de 2006, considerando-se, para tanto, o tempo de serviço então reconhecido, passando-se, a partir dessa data, à apuração da PVTAC com fundamento exclusivamente no tempo de atividade jurídica.

Conforme já exposto no item anterior, houve inovação interpretativa por parte do STF ao adotar, para fins de PVTAC, o critério do tempo de atividade jurídica, o qual não se confunde com o critério historicamente utilizado para o ATS, baseado unicamente no tempo de serviço público.

A título ilustrativo, um servidor que tenha exercido, por cinco anos, o cargo de auxiliar judiciário na Justiça do Trabalho teve esse período regularmente



computado para fins de tempo de serviço e, conseqüentemente, para o cálculo do ATS. Todavia, o mesmo lapso temporal não pode ser considerado para fins de PVTAC, por não se enquadrar no conceito de atividade jurídica.

Há, ainda, relatos de membros aposentados do Ministério Público no sentido de que determinadas Procuradorias vêm desconsiderando, para fins de atividade jurídica, o exercício do cargo de técnico judiciário na década de 1980 — cargo que, à época, exigia formação superior e possuía atribuições equivalentes às atualmente desempenhadas por analistas judiciários. Em razão desse entendimento restritivo, alguns membros poderão sofrer a exclusão de até dez anos de efetivo exercício profissional, outros, de até quinze anos.

Diante desse cenário, salvo melhor juízo, a solução mais adequada — inclusive sob o prisma da segurança jurídica, da praticidade administrativa e da facilitação operacional para os setores competentes dos Tribunais e das Procuradorias — consiste na preservação do tempo de serviço já consolidado pelo ATS até 2006, passando-se, a partir de então, à contagem do tempo de atividade jurídica para fins de PVTAC, com a soma de ambos os períodos.

Assim, alternativamente, caso não seja reconhecida a manutenção concomitante do ATS e da PVTAC, requer-se que, para fins de cálculo da PVTAC, seja considerado o tempo de serviço já refletido no ATS até o ano de 2006, computando-se, a partir de então, exclusivamente o tempo de atividade jurídica.

### **3 – DA OMISSÃO QUANTO À EXTENSÃO DA PVTAC AOS PENSIONISTAS**

Conforme já destacado, a Tese de Repercussão Geral fixada no Tema 966, em seu item 5.1, determinou o pagamento da Parcela de Valorização por Tempo de Antiguidade na Carreira – PVTAC aos magistrados e membros do Ministério Público ativos e inativos, sem referência expressa aos pensionistas.



Tal circunstância vem ensejando interpretações restritivas por parte de alguns órgãos administrativos, no sentido de excluir os pensionistas da percepção da parcela, entendimento que, contudo, não encontra amparo na *ratio decidendi* do acórdão embargado nem na integralidade dos debates travados durante o julgamento.

Com efeito, a decisão embargada reconheceu expressamente a profunda defasagem remuneratória acumulada ao longo dos anos em razão da persistente omissão constitucional relativa à revisão geral anual prevista no art. 37, X, da Constituição Federal.

Ao antecipar seu voto na sessão de 25/03/2026, o eminente Ministro Alexandre de Moraes consignou:

Presidente, como disse o Ministro Gilmar Mendes, é importante que saibamos modular ou julgar de forma razoável a grande defasagem ocorrida em relação aos subsídios da magistratura e do Ministério Público, que decorre de uma omissão constitucional. O estudo que Vossa Excelência determinou a ser realizado e a nota técnica publicada demonstram que, desde a última atualização do subsídio, há uma defasagem de quase 40% - 37%.

Ora, isso decorre do quê? Decorre de uma omissão constitucional do cumprimento do inciso X do art. 37, que determina que, anualmente, analise-se, pelo menos, uma revisão. Decorre também da omissão constitucional do §11 do art. 37, que determina a disciplina em relação às parcelas indenizatórias cabíveis no regime de subsídio. Há toda uma omissão constitucional a justificar — por isso faço questão de iniciar com essa observação — a atuação do Supremo Tribunal Federal. (Pág. 164)

Na mesma assentada, ao justificar a necessidade de fixação de disciplina transitória até a edição da lei nacional prevista na Constituição, Sua Excelência fez referência expressa aos pensionistas, afirmando:

Levamos em conta a necessidade de valorização do aposentado e dos pensionistas — na sua maior parte, as pensionistas. Devemos lembrar — isso ainda está em julgamento, há um pedido de vista — que as pensionistas passaram, a partir da última reforma previdenciária, a receber 50% do subsídio, sem nenhum adicional por tempo de serviço, ou o que

Rua Washington Mansur, 65  
Bairro Ahú  
Curitiba - PR



chamamos de parcela de valorização por tempo de antiguidade na carreira, que vai, durante esse período de transição, com natureza indenizatória, mas expressamente aplicada a ativos e inativos, exatamente para equacionar a deturpação que ocorreu ao longo do tempo. (p. 168)

Também na sessão de 26/02/2026, o eminente Ministro Flávio Dino igualmente ressaltou a dramática situação remuneratória dos pensionistas, nos seguintes termos:

... nós tivemos muito equilíbrio e muito bom senso nas palavras aqui proferidas e muita disposição para compreender, eminentes Pares, que nós todos que aqui estamos somos candidatos inexoráveis a sermos transformados em proventos — na melhor das hipóteses, proventos de aposentadoria; na pior das hipóteses, proventos de pensão.

O certo é que hoje reina — ontem eu acho que o Ministro Gilmar aludiu à ideia de balbúrdia, algo assim — uma situação que faz com que nós não tenhamos mais paridade e integralidade em relação aos inativos. E isto trava a carreira dos atuais magistrados, porque ninguém se aposenta, porque perde um terço do salário. (Pág. 59)

As manifestações acima transcritas evidenciam, de forma inequívoca, que a situação dos pensionistas foi expressamente considerada por essa Suprema Corte na construção da solução transitória adotada no julgamento.

Não faria sentido reconhecer: a profunda deterioração remuneratória sofrida pelos pensionistas; os severos impactos decorrentes da Emenda Constitucional nº 103/2019; a necessidade de valorização desse segmento, e, simultaneamente, excluir os pensionistas da disciplina compensatória transitória criada pelo próprio acórdão.

A omissão torna-se ainda mais sensível diante do fato de que parcela significativa das pensionistas passou, após a Reforma da Previdência levada a efeito pela Emenda Constitucional 103/19, a perceber apenas fração dos proventos anteriormente assegurados, circunstância expressamente reconhecida nos debates travados em Plenário.



Nesse contexto, a interpretação restritiva atualmente adotada por alguns órgãos acaba por contrariar a finalidade compensatória e transitória reconhecida pelo STF, frustra a lógica protetiva subjacente ao acórdão e aprofunda a desigualdade remuneratória já identificada pela própria Corte.

Cumprе ressaltar que a ausência de menção expressa aos pensionistas no item 5.1 da tese não equivale, necessariamente, à sua exclusão deliberada.

Ao contrário, a leitura sistemática do acórdão, dos votos e dos debates plenários demonstra que os pensionistas integraram o universo de preocupação institucional que justificou a solução construída pelo Supremo Tribunal Federal.

**3.1 - Diante do exposto, requer** a Embargante seja suprida a omissão apontada, para que essa Suprema Corte explicitе:

1. que a solução transitória instituída no Tema 966 também alcança os pensionistas vinculados à Magistratura e ao Ministério Público;
2. que a ausência de menção expressa aos pensionistas no item 5.1 da tese não implica exclusão desse segmento;
3. que a interpretação do acórdão deve observar os fundamentos determinantes externados nos debates plenários e votos proferidos, os quais reconheceram expressamente a necessidade de proteção e valorização dos pensionistas, especialmente após os impactos decorrentes da Emenda Constitucional nº 103/2019.

#### **4 – DA OMISSÃO QUANTO À PRIORIDADE DE PAGAMENTO DOS PASSIVOS PARA IDOSOS E PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES**

O item 5.4 da Tese de Repercussão Geral fixada no v. acórdão embargado determinou a suspensão do pagamento dos valores retroativos reconhecidos judicial ou administrativamente até a definição de critérios em resolução



conjunta do CNJ e do CNMP, após auditoria e posterior referendo dessa Suprema Corte.

Todavia, o acórdão foi omissivo quanto à necessidade de observância de tratamento prioritário em favor das pessoas idosas, especialmente as maiores de 80 anos, e portadores de doenças graves.

A Constituição Federal assegura proteção especial à pessoa idosa (art. 230), em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana e da proteção integral.

Na mesma linha, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), especialmente após as alterações promovidas pela Lei nº 13.466/2017, estabelece prioridade especial aos maiores de 80 anos, impondo ao Estado dever de conferir tratamento preferencial em procedimentos administrativos e judiciais.

Em harmonia com esses comandos constitucionais e legais, normas administrativas que disciplinam a gestão de precatórios foram tratadas pelo CNJ, por meio da Resolução 482/22, segundo a qual:

Art. 75. Em caso de insuficiência de recursos para atendimento da totalidade dos beneficiários da parcela superpreferencial, serão pagos os portadores de doença grave, os idosos e as pessoas com deficiência.

De igual modo, outros regramentos administrativos para pagamento de passivos no âmbito do Poder Judiciário consagram, de forma expressa, a necessidade de priorização de determinados grupos vulneráveis.

Com efeito, a regulamentação vigente no âmbito da Justiça do Trabalho prevê a destinação de percentual específico dos recursos disponíveis para contemplar beneficiários com idade igual ou superior a 60 anos, portadores de doenças graves ou pessoas com deficiência, assegurando-lhes tratamento prioritário no pagamento de passivos. (Resolução CSJT N.º 419, de 29 de agosto de 2025, art. 17).

O mesmo ocorre no segmento da Justiça Federal. A disciplina normativa estabelece ordem de prioridade que coloca, em primeiro plano, os créditos



titularizados por portadores de doenças graves, pessoas com deficiência e idosos, antes mesmo da observância estrita da ordem cronológica. (Resolução N° CF-RES-2012/00224 de 26 de dezembro de 2012, art. 13, § 1º, I, a, b, e II)

Também no âmbito da Justiça Militar, há previsão normativa estabelecendo “critérios e procedimentos para o reconhecimento de prioridade no pagamento de dívidas relativas a exercícios anteriores – passivo – da União para com magistrados e servidores, ativos e inativos, bem como para pensionistas no âmbito da Justiça Militar da União.” (Ato Normativo N° 9, de 26 de março de 2013)

Não se trata, portanto, de mera faculdade administrativa, mas de concretização de comandos protetivos.

A questão assume especial relevância diante da limitação prevista no item 5.2 da própria tese fixada pelo STF, segundo a qual o pagamento dos retroativos observará limite correspondente a 35% do subsídio.

Tal circunstância evidencia a possibilidade concreta de prolongamento dos pagamentos por vários anos, com potencial comprometimento da fruição efetiva dos créditos justamente pelos beneficiários mais vulneráveis.

Nesse contexto, impõe-se consideração especial aos idosos, notadamente os maiores de 80 anos, bem como aos portadores de doenças graves, a fim de assegurar efetividade material aos direitos reconhecidos.

Dessa forma, verifica-se omissão relevante quanto à necessidade de observância de critérios de prioridade no pagamento dos passivos reconhecidos administrativamente ou judicialmente.

**4.1 - Diante do exposto, requer** a Embargante seja suprida a omissão apontada, para que essa Suprema Corte explicita critérios de pagamento dos valores retroativos referidos no item 5.4 da tese fixada no Tema 966, a fim de conferir tratamento diferenciado a pessoas com idade igual ou superior a 80 anos, aos portadores de doenças graves e aos idosos em geral.



## 5 – DOS PEDIDOS FINAIS

Diante do exposto, requer a Embargante:

1. o conhecimento dos presentes embargos de declaração, reconhecendo-se a legitimidade recursal da ANAMPA, seja na condição de *amicus curiae*, nos termos do art. 138, §1º, do CPC, seja na qualidade de terceiro juridicamente prejudicado;
2. o acolhimento dos embargos para suprimento das omissões, obscuridades e contradições apontadas ao longo da presente manifestação;
3. seja integrado o julgado quanto:
  - a) aos critérios de cálculo da Parcela de Valorização por Tempo de Antiguidade na Carreira – PVTAC;
  - b) à coexistência entre ATS/VPNI e PVTAC;
  - c) alternativamente, caso não acolhido o pleito do item anterior, para fins de cálculo da PVTAC, seja considerado o tempo de serviço já refletido no ATS até o ano de 2006, computando-se, a partir de então, exclusivamente o tempo de atividade jurídica.
  - d) à extensão da PVTAC aos pensionistas;
  - e) à observância de prioridade no pagamento de passivos em favor de idosos, maiores de 80 anos e portadores de doenças graves;
4. sejam explicitados os fundamentos determinantes do acórdão embargado, a fim de evitar interpretações restritivas incompatíveis com a *ratio decidendi* firmada por essa Suprema Corte;
5. subsidiariamente, caso não conhecidos os presentes embargos, que as razões ora deduzidas sejam recebidas como manifestação processual colaborativa, em observância aos princípios da cooperação, do contraditório substancial e da adequada formação do precedente constitucional.

Por fim, requer sejam todas as intimações e publicações realizadas em nome dos advogados abaixo assinados, sob pena de nulidade.



Termos em que

Pede deferimento

Curitiba, 12 de maio de 2026

SONIA MARIA FERREIRA ROBERTS

Presidente da ANAMPA

**OAB 85.139-PR**